

Economia *-Brasil*

Ajuste terá margem de negociação

■ Governo acertou com o FMI reservar R\$ 4 bilhões do superávit das contas públicas de 99 para negociar medidas com os políticos

Gilberto Alves - 6/10/98

CLAUDIA SAFATLE*

BRASÍLIA - Há uma margem de negociação política no programa de ajuste fiscal. Ao acertar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um intervalo para a meta de superávit primário das contas públicas para 1999 - entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB) - teria sido resguardada uma parte do 0,5% do PIB para que o presidente Fernando Henrique Cardoso possa dar partida aos entendimentos com o Congresso Nacional e com os novos governadores. Não é pouco. Considerando um PIB de R\$ 930 bilhões para o ano que vem, esse intervalo representaria uma diferença de cerca de R\$ 4,4 bilhões entre o limite inferior e o teto do combinado com o Fundo. "Parte desse espaço foi reservado para lidar com a incerteza das negociações políticas", explicou uma fonte que acompanhou os entendimentos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, com a direção do FMI em Washington.

Ontem, o governo enviou uma missão técnica prosseguir nas conversas com o Fundo e acertar os detalhes finais do programa de ajuste fiscal trienal. Embarcaram para Washington o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente; o secretário de Política Econômica, Amaury Bier; e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Eles ficarão até segunda-feira na capital americana para, junto com os técnicos do fundo, discutir detalhes do que o governo pretende fazer.

Segundo turno - Só depois disso é que o programa e as medidas que vão viabilizar as metas de superávit primário e déficit nominal das contas públicas para o período 1999-2001 serão formalmente entregues ao presidente Fernando Henrique, que conversará com as lideranças políticas que o apoiam no Congresso, numa reunião convocada para quarta-feira próxima. Apenas depois do segundo turno das eleições de governadores, dia 25, é que as medidas serão enviadas para apreciação e votação no Parlamento.

Cumprido esse rito, o governo enviará o texto final para o FMI, que também seguirá sua tramitação: análise técnica e aprovação pelo board. Tudo isso pode ser feito em poucos dias. A direção do Fundo vai se manifestar a favor do programa fiscal brasileiro e, na pior das hipóteses, até meados de dezembro a comunidade financeira concederá um crédito polpudo para o país. Algo em torno de US\$ 30 bilhões.

Antes de ter acesso a esse dinheiro, contudo, o governo terá que formalizar o acordo com o FMI, com carta de intenção e memorando de entendimentos assinados por ambas as partes.

Nos próximos dias e semanas, o governo

brasileiro caminhará na fronteira entre a demanda dos investidores internacionais, que querem ver um ajuste fiscal definitivo e crível, e a realidade política interna.

Aqui, as conversas já começaram. O presidente já tem a exata noção de até onde o Congresso está disposto a apoiá-lo. Embora essas conversas ainda estejam no campo exploratório, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já avisou que o Congresso é contra o aumento de impostos e que só aceitará propostas nesse sentido em caso extremo. "Ninguém gosta de aumentar impostos, muito menos o Congresso, mas se for indispensável...", disse ele.

Cereja - A criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, velho projeto do presidente Fernando Henrique quando senador, é sabidamente uma *cereja* para agradar as oposições. O presidente do Senado não gosta desse imposto, mas admite apoiá-lo se isso for necessário para obter o apoio da oposição às demais medidas do ajuste fiscal. Na última quinta-feira, após encontro com o presidente, o senador garantiu que não haverá aumento de Imposto de Renda. "Se houver, será uma quebra de compromisso", disse.

Não será fácil, também, a aprovação do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2% para 0,3%. "Temos dificuldades para apoiar o aumento da CPMF", disse o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), durante audiência com o presidente Fernando Henrique na tarde de quarta-feira.

Para chegar a um esforço fiscal de cerca de R\$ 25 bilhões em 1999, o governo deve buscar em torno de R\$ 15 bilhões com cortes de gastos e outros R\$ 10 bilhões com aumento das receitas. Na mesma audiência de quarta-feira com o presidente, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara, questionou os cortes na área de investimentos e argumentou que a crise fiscal não será solucionada se o governo não encontrar uma forma de cortar os privilégios previdenciários dos funcionários públicos.

Os governadores e prefeitos estão apreensivos com o ajuste e esperando serem chamados pelo governo para conversar. Ambos temem que estados e municípios paguem a conta do ajuste. "Nosso desejo é o de colaborar com o governo federal, desde que isso não implique em maiores sacrifícios para os estados", disse o governador reeleito do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho.

Preocupada com os efeitos do ajuste e da Reforma Tributária, a Confederação Brasileira de Integração dos Municípios está organizando uma marcha destinada a reunir mil prefeitos em Brasília nos dias 4 e 5 de novembro.

* Colaboraram Ilmar Franco e Sílvia Mugnato



Antonio Carlos Magalhães (E), com Fernando Henrique: "Ninguém gosta de aumentar impostos, mas se for indispensável..."

AS MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS

NOVO ORÇAMENTO

Os gastos do setor público em 1999 deverão ser cortados em mais de R\$ 15 bilhões. A maior parte dos cortes será mesmo da União, que vai reapresentar o orçamento do ano que vem ao Congresso. O governo já havia previsto um volume de cortes que possibilitaria superávit primário de R\$ 8,7 bilhões em 1999.

LEI DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Este projeto de lei complementar vai estabelecer cortes automáticos nas dotações orçamentárias quando os órgãos do governo estiverem ultrapassando os limites legais. O governo federal já anunciou que fixará limites bimestrais de gastos em 1999. De alguma forma, as despesas de estados e municípios também serão alvo da lei, que poderá prever a interrupção das transferências da União para estados e municípios em caso de descumprimento das metas fiscais.

CPMF

A elevação da CPMF de 0,2% para 0,3% sobre os saques bancários já foi anunciada pelo governo. Há, também, a hipótese de transformá-la em imposto permanente, proposta que entraria no projeto de reforma tributária. FEF A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal e o aumento de seus recursos também deverá entrar na reforma tributária. O FEF desvincula 20% da receita de impostos para que o governo federal tenha possibilidade de remanejar dotações orçamentárias com mais facilidade. O governo estuda o aumento deste percentual para algo entre 30% e 40%.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Na reforma, a principal mudança é o fim de vários impostos indiretos (que incidem sobre diversas etapas da produção). Eles serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado. O IVA teria uma alíquota única (para evitar a guerra fiscal entre os estados) e seria arrecadado pelos estados. Deve ser criado um imposto seletivo sobre bebidas, cigarros, energia, combustíveis e telecomunicações.

GRANDES FORTUNAS

Os aliados políticos do presidente já disseram que o governo poderá finalmente apoiar a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas que está previsto na Constituição de 1988. De acordo com o projeto que tramita na Câmara, os patrimônios acima de R\$ 4 milhões seriam taxados todo ano com alíquotas entre 0,1% e 0,7%. Esse imposto tem baixo poder de arrecadação, mas sua inclusão no programa fiscal seria uma questão de justiça tributária.

IMPOSTO/EMPRESAS

Os técnicos estudam acabar com a possibilidade de dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda, dos juros que remuneram o capital próprio das empresas. Outra possibilidade é tornar obrigatório o Imposto de Renda com base na estimativa de lucro. Hoje, as grandes empresas podem apurar o imposto somente com base no lucro real.

IMPOSTO/PESSOA FÍSICA

O governo estuda a prorrogação da alíquota de IRPF de 27,5% - para quem ganha acima

de R\$ 1.800 - até o ano 2001. A vigência atual é até o ano que vem. Há quem defenda o aumento dessa alíquota para 30%.

PREVIDÊNCIA

A regulamentação da Reforma da Previdência deverá elevar o número de salários-de-contribuição incluídos no cálculo do benefício inicial. Hoje são 36 meses. Também deverão ser ampliadas as carências para a obtenção de vários benefícios. Além disso, será apresentada uma lei para que tenha início um processo de capitalização das contribuições no INSS. Por esse processo, o segurado receberá no futuro com base naquilo que efetivamente contribuiu ao longo dos anos.

INATIVOS

O governo considera que o Congresso não cumpriu o negociado ao rejeitar o redutor das aposentadorias dos funcionários públicos, incluído na Reforma da Previdência. Por isso, pretende enviar novamente uma emenda com o redutor ou a criação da contribuição do servidor inativo.

ATIVOS

Além de cobrar contribuição previdenciária dos aposentados da União, o governo pretende também aumentar a alíquota de contribuição dos servidores ativos, que saltaria dos atuais 11% para algo entre 15% e 20%.

CIGARROS

Uma medida provisória - recomendada pela Comissão de Controle Fiscal - vai aumentar o Imposto de Exportação para até 120%. A ideia é utilizar a alíquota máxima para frear o contrabando de cigarros nacionais para o próprio país.